

O testamento de Engels

Marcos Del Roio

Universidade de Sao Paulo – Brasil

El siguiente texto es un capítulo recuperado del libro de Osvaldo Coggiola “Marx e Engels na história”, publicado por editorial Xamã, en 1996 en la ciudad de San Pablo, Brasil. Publicamos el artículo en su idioma original adaptándolo a las normas de la revista.

O centenário da morte de Engels é mais uma boa ocasião para retomar o debate socialista, num momento (já longo) de refluxo diante da “avalanche” liberal. Creio, para introduzir o nosso tema, que uma das razões para a derrota cultural e política do marxismo nos dias que correm foi o de ter aceitado os termos do liberalismo no que toca à questão da democracia. No entendimento dos liberais, a democracia é uma forma de estabilização de ordem do capital que, através da normalização do conflito social, permite a perseguição de objetivos éticos (de estampo neo-kantiano) da “bondade” das leis e da “justiça social”. O resultado é que, além daqueles de clássica tradição social-democrática, também a autodenominada “esquerda democrática” deixou de lado os temas da revolução enquanto processo de realização da democracia socialista e da abolição da lógica do capital, para se ater ao término da cidadania e da democracia em geral que não concebe outro mundo senão o regido pelo mercado e pelo individualismo, que pode apenas ser controlado mas estão debelados. Embora seja parcialmente verdadeira a assertiva de que o marxismo não se mostrou capaz de conceber uma teoria do Estado e da democracia, quero insistir que, na tradição clássica do marxismo, democracia e revolução se confundem, ou que a revolução é precisamente a realização da democracia, na medida que esta se manifesta com forma de ruptura com a ordem do capital.

Como se sabe, o início da trajetória intelectual marxiana, partindo da interlocução com as formulações da “filosofia clássica alemã”, deu-se com o exercício de crítica da ideologia liberal e a subjacente concepção de Estado como esfera pública onde se universaliza a liberdade e a igualdade entre os indivíduos no mercado. Marx demonstra como esse pretensão universalismo é mera abstração e como de fato o Estado não é público e sem uma entidade política que garante a reprodução das relações sociais de produção do capital e que surge, na realidade, como instrumento de defesa dos interesses dos proprietários contra os não-proprietários. Todo poder político é despótico na visão marxiana e ele denuncia com ênfase o despotismo existente no processo produtivo em confronto ao falso universalismo do Estado liberal, formalmente originado de um contrato social entre indivíduos livres e iguais.

A crítica da modernidade capitalista para Marx e Engels, que tem no processo da propriedade privada seu substrato fundante só pode ser realizado por um movimento teórico-prático baseado nos expropriados pelo capital: o proletariado industrial. O objetivo da força sócio-histórica deve ser precisamente a revolução, “o advento do proletariado como classe dominante, a conquista da democracia” possível somente através de “violação desfática do direito de propriedade e das relações de produção burguesas”. (Marx e Engels, 1956: 25) E com a abolição do Estado político que se constrói o Estado realmente público (que na verdade é um não Estado), uma comunidade humana em lugar da comunidade política de cidadãos onde não tem sentido a divisão entre o público e o privado.

Os Estados liberal-monárquicos da Inglaterra, França e Bélgica no momento em que Engels e Marx redigiam o *Manifesto Comunista* às vésperas da “primavera dos povos” de 1848, eram claramente Estados que expressavam os interesses materiais de uma aliança social de proprietários, ainda que com suas tensões internas explosivas como no caso francês. Nesse caso, em que o Estado se resumia a um “comitê executivo da burguesia”, com seu aparato administrativo e coercitivo o confronto com o proletariado que se organizava, só poderia ser imediato, direto e armado, que redundou numa afirmação de ordem do capital, ainda em fase de consolidação e difusão.

Em 6 de março de 1895, Engels concluiu o *Prefácio* para a reedição de *A luta de Classes em França (1848-1850)* de Marx e quase que numa antevisão da morte próxima, nesse texto que ficou conhecido como seu *Testamento Político*, fez um balanço de quase meio século de movimento socialista, analisando as transformações do capitalismo e as novas formas de luta que derivavam. Engels enfatiza a importância das condições econômicas e das crises capitalistas, núcleo da análise materialista que deve nortear a ação socialista. Posta a questão do método, Engels observa que o equívoco dos revolucionários de 1848 (Marx e Engels, entenda-se) foi de duas ordens: uma, a manutenção do padrão jacobino de ação revolucionária através da qual uma minoria dotada de férrea vontade, por meio de uma manobra oportuna se apossaria do poder político sem que as grandes massas soubessem em que direção estavam indo, e a falsa percepção do momento histórico, no qual o desenvolvimento das forças produtivas do capital estavam apenas se consolidando e difundindo. As ilusões foram evidenciadas “pela revolução econômica que, a partir de 1848, apoderou-se de todo continente...” e também pela derrota sangrenta da Comuna de Paris em 1871, que mais uma vez viu a classe operária isolada e politicamente dividida.

Com a recomposição do poder burguês na França, através do golpe do segundo

Bonaparte, “encerrava-se momentaneamente o período das revoluções de baixo para cima; sucedeu-lhe um período de revolução de cima para baixo”. Como foram a unificação da Alemanha e Itália, que possibilitaram um período de expansão industrial e consequente crescimento da classe operária. Esse período de desenvolvimento capitalista faz-se acompanhar também de significativas alterações no Estado e nas “políticas públicas”: uma ampliação na coleta de impostos, a instauração do serviço militar obrigatório, a reforma urbana, a ampliação do direito de sufrágio. Com o estabelecimento do “princípio das nacionalidades” poderosos exércitos se revoltaram potencialmente contra os vizinhos e no interior dos Estados acentuou-se a necessidade de ampliação do “consenso social”, vale dizer da neutralização política da classe operária e do movimento socialista, ou mesmo do seu apoio (como haveria exemplos na questão colonial e na guerra imperialista de 1914). O estabelecimento do “sufrágio universal”, mesmo com suas idas e vindas, na França e Alemanha, tiveram o significado de democratizar o Estado liberal, ampliando sua base de apoio, mas ao mesmo tempo ofereceu nova arma para a luta socialista.

A industrialização, a urbanização, a militarização e mesmo o “sufrágio universal”, conciliaram e difundiram o capitalismo, mas ao mesmo tempo, e aí estava, para Engels, sua insuperável contraditoriedade, ampliou o número e a força do movimento operário socialista, que deveria agora, alteradas profundamente as condições, combater de outra forma: a estratégia insurrecional jacobina seria suicida, um desastre maior que 1848 ou 1871. A repressão ao movimento operário e a reorganização do Estado liberal burguês poderia supor a neutralização da luta socialista (faceta da utopia liberal) “mas pelo contrário, é da Comuna e da guerra franco-prussiana que data seu surto mais poderoso”, (Marx e Engels, 1956: 101) pois foi a partir dos anos 70 que a classe operária organizou-se em partido socialista por toda a Europa. Além do fortalecimento do sindicato e outras instituições sócio-culturais geradas pela classe operária, utilizando o “sufrágio universal”, seus representantes foram projetados aos parlamentos do Estado liberal-burguês. A agitação eleitoral e a tribuna parlamentar permitiu-lhes falar de frente com os adversários, “mas também às massas do lado de fora com maior autoridade e maior liberdade que na imprensa e nas reuniões”.

O que Engels está dizendo, e isso é de grande atualidade, é que o próprio movimento de capital com seu invólucro institucional, em certa medida condiciona as formas da luta operária. Mas diz também que sem uma clara percepção de horizonte socialista, e de como atingi-lo, por parte da classe operária, a ordem do capital tende a se reproduzir mais ou menos indefinidamente ou então resvalar para a regressão social. Mas qual deveria ser então a estratégia socialista nas condições do capitalismo da virada do século XIX para o XX? O proletariado industrial em crescimento numérico deveria agregar-se em sindicatos e partidos e outras instituições sociais que configurem um espaço público diferenciado e antagônico ao Estado político vigente, desenvolvendo em amplas massas a consciência do objetivo socialista. Engels valorizava bastante os avanços do movimento socialista de modo a estar convencido que

...hoje há um só grande exército internacional dos socialistas, incessantemente em progresso, crescendo dia a dia em número, organização, disciplina, clarividência e certeza na vitória. Embora esse poderoso exército do proletariado não tenha ainda podido alcançar seu objetivo, embora longe de conquistar a vitória de um só golpe decisiva, seja necessário que ele progrida lentamente de posição em posição em um combate duro, obstinado, está provado em definitivo que era impossível, em

1848, conquistar a transformação social por um simples ataque de surpresa.

Mas o fortalecimento organizativo e político-cultural do movimento socialista pressiona o Estado liberal, visando sua democratização, via “sufrágio universal”, e assim ocupa espaços no terreno inimigo. O número de votos e cadeiras ocupadas no parlamento aparecem como indício e sintoma da acumulação de forças do movimento socialista mas não constitui o seu cume. A democratização do Estado liberal abre espaço para a luta socialista mas o essencial é que a classe operária agregue uma maioria social em torno do projeto socialista atraindo os camponeses e setores sociais intermediários. Meio século de luta socialista havia demonstrado que

...passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente de massas inconscientes. Onde quer que se trate de transformar completamente a organização de sociedade, cumpre que as próprias massas nisso cooperem, que já tenham elas próprias compreendido de que se trata, o motivo pelo qual dão seu sangue e sua vida (...). Mas para que as massas compreendam o que é necessário fazer é mister um trabalho longo e perseverante (...)

Ora aquilo que Engels está propondo é uma operação de cerco a ordem do capital e suas instituições. Uma operação de efetiva conquista da democracia que prescinde (até por ser um claro equívoco) de golpes de força, mas não de luta de rua e de disputa física pelo espaço público no desfecho do processo revolucionário. Por isso que tal combate “ocorrera mais raramente no começo de uma grande revolução que no curso de seu desenvolvimento, será preciso empreendê-lo com forças maiores”. A ênfase dada por Engels na luta pelo sufrágio universal e pela decorrente luta eleitoral por postos no parlamento explica-se pelo fato de existirem ainda resistências sérias no movimento operário e essa forma de embate de classe e por outro lado, por estar apresentando resultados consideráveis, principalmente na Alemanha, experiência que podia ser generalizada por outros países. De todo modo Engels também tinha muito claro que se essa estratégia socialista demonstrava dar frutos, o movimento de configuração de uma “maioria social” ciente de seus objetivos, ainda se apresentava distante. Daí o momento presente exigir do movimento socialista a defesa da legalidade liberal-burguesa e dos espaços já conquistados, evitando um confronto desastroso.

O texto de Engels foi pela primeira vez publicado no final do mês de março no *Vorwaerts*, um dos órgãos da imprensa social-democrata. Foi vítima, porém, de um copydesk, provavelmente por parte de W. Liebknecht, que desnaturou todo o sentido do escrito engelsiano, tendo sido retiradas as passagens que faziam referência às condições para que a revolução fosse vitoriosa em futuros combates de rua e conseguisse preservar o poder, de modo a parecer uma defesa absolutizada da via parlamentar e da legalidade. Engels protestou com veemência escrevendo imediatamente a Kautsky e logo em seguida a Paul Lafargue. A insistência de Engels para que o *Prefácio* fosse publicado o quanto antes no *Die Neue Zeit* a fim de se corrigir a descaracterização de suas idéias, jamais foi levada à termo. O original de Engels ficaria arquivado por quatro décadas, tendo sido publicado na íntegra somente nos anos trinta na URSS.

A questão que se nos apresenta a esse ponto é a seguinte: se a leitura do *Testamento* de Engels proposta acima está correta por que a “falsificação” perpetrada pela direção do S.P.D. pareceu plausível para tantos milhares de militantes socialistas, formalmente inspirados nas idéias de Marx e Engels? E por que a literatura política contemporânea ainda alimenta essa polêmica? O ambiente científico cultural do último quartel do sécu-

lo XIX, ainda que convivendo com um período de crise do capital (que viria a dar forma a era imperialista) estava permeada pela visão evolucionista e positivista da natureza e da vida social expressa na compartimentalização e formalização das ciências sociais. Por outro lado havia claros sintomas de crise estratégica no movimento operário que majoritariamente intuía o esgotamento da tática jacobinista mas havia ainda um setor significativo insistindo na necessidade do confronto direto e da greve de massa. A exclusão dos anarquistas da II Internacional em 1896, demarca a separação entre dois caminhos.

A rota de superação da crise estratégica dos socialistas estava já desenhada com Engels ainda em vida e a “censura” do seu *Testamento* é um indício forte. Na realidade, o movimento socialista incapaz de exercitar a crítica a alta cultura burguesa do fim do século, reconheceu implicitamente sua situação subalterna. E o resultado foi a configuração do reformismo, a luta por melhores condições para o mundo do trabalho (ou parte dele) sem haver contestação do domínio do capital (a não ser por *routine* verbal). Um difuso mal estar encontrava-se presente no pensamento social e filosófico europeu que deu margem a emergência de visões neo-kantianas e que influenciaram a social-democracia. Assim é que Bernstein concebeu a teoria da revisão da obra de Marx e Engels argüindo a sua neo-cientificidade em função da dialética do sujeito e do objeto nele presente. Para esse jovem social-democrata, a evolução capitalista, tal como vinha se dando, abriria as portas para a consolidação da democracia e a atenuação de luta de classes e também para a imposição do socialismo como imperativo da moral e da razão. Embora não estivesse tão evidente num primeiro momento a argumentação de Kautsky, em defesa da “ortodoxia” apontava para o mesmo horizonte reformista, enfatizando a inevitabilidade da revolução socialista como produto do natural e volver histórico do capitalismo. Em suma, a intrusão positivista no marxismo, promovendo a remoção da dialética teórico-prática, subsumiu o movimento socialista ao horizonte do capital, mas apresentou uma via de superação da crise estratégica na qual estava imersa, tendo aceito a visão liberal de democracia e rompendo seu vínculo com o tema da revolução.

O que se está então afirmando é que havia um “clima” que possibilitou a distorção do *Testamento* de Engels sem que houvesse maiores problemas políticos. Mas não teria o próprio Engels inadvertidamente contribuído para que sua mensagem final fosse encarada como descabida pela S.P.D.? Esse ponto é ainda mais polêmico e seu aprofundamento aqui não é possível, mas a título de hipótese para reflexão pode-se aventar que os fundadores do comunismo científico tenham em algum momento visto pontos de convergência entre sua própria elaboração teórica e a produção científico-cultural da burguesia capitalista. Essa convergência (aparente ou menos) acentuou-se na medida em que ficou clara a necessidade de certa sistematização da teoria socialista por eles elaborada, tendo em vista uma sua maior difusão. Essa tarefa ficou a cargo principalmente de Engels que faz uma primeira tentativa bem sucedida (quase certamente aprovada por Marx) em 1878 com a publicação do *Anti-Dürhing*. Mais tarde, em 1884 já com Marx morto, Engels publicou *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, assumidamente inspirada no antropólogo evolucionista Morgan. Pode-se também observar um marcado objetivismo na análise engelsiana da questão russa. Desde 1874, num contexto de luta interna na A.I.T., quando Marx e Engels se encontravam em oposição aos narodnik russos, a possibilidade de uma via não-capitalista na Rússia era enfaticamente negada. Diferentemente de Marx que vislumbrava a possibilidade de uma revolução russa baseada nas comunas agrárias (em correspondência com Vera Zasulich), vinte anos depois num texto complementar àquele, Engels generaliza sua visão de inevitabilidade do desenvolvimento capitalista na Rússia e do necessário início da revolução

socialista no núcleo do Ocidente, “e isto vale não somente para a Rússia mas para todos os países que se encontram em fase de desenvolvimento pré-capitalista” (Fernandes, 1982: 211). Abria-se, nesse passo, a possibilidade de uma visão evolucionista, de caráter positivista da história.

A principal característica do reformismo (na versão revisionista ou ortodoxa) é o objetivismo positivista que malbarata a vontade humana coletiva no fazer história, ou seja, retira a práxis e a dialética histórico-científica da ação política resvalando para o economicismo. Se é verdade que também no *Prefácio* de 1895, Engels insiste na importância do “desenvolvimento econômico” e da imaturidade das condições concretas em 1848 e 1871, abrindo brechas para a abordagem reformista, em nenhum momento deixa de perseverar, e essa é a lição mais importante, na luta política permanente e obstinada tendo em vista a instauração da democracia socialista, dentro de uma estratégia que recusa o voluntarismo, mas também a pura inocência do movimento do capital e do poder político, na expectativa de um “inevitável” socialismo.

A vitória do reformismo social-democrata significou um eclipse parcial do marxismo, simbolizado, aliás, pelo arquivamento do *Testamento* de Engels e de toda a rica reflexão política, contida em tão poucas páginas. O resgate da dialética histórica e a refundação do marxismo surge na práxis principalmente de Lenin e Rosa Luxemburgo, como Lukács bem viria a notar. Lenin só teve conhecimento da versão adulterada do *Prefácio* de 1895 e não por acaso ignorá-lo no seu estudo de 1917, *O Estado e a Revolução*. No momento que escreve esse livro (não acabado) Lenin está num processo de convergência política com o setor de esquerda dos narodniks (SRs), buscando aí conceber teoricamente o Estado-comuna, na verdade um não-Estado (no sentido político) ou um Estado em processo de “adormecimento”. Lenin procura legitimar sua formulação apelando exatamente para textos de Marx e Engels da época da revolução de 1848 e da Comuna de Paris. Mas a idéia não é a de realizar a revolução através de um golpe de força por parte de uma minoria organizada, como quer fazer crer a literatura de inspiração liberal e reformista. A questão é a de confrontar um Estado que se confunde diretamente com as classes proprietárias e defende esses interesses pela violência aberta. Por outro lado a Comuna apresenta um exemplo prático de auto-governo dos produtores que tem pontos de contato com a experiência dos soviets e da gestão comunal da terra dos camponeses russos. Mas no que toca a conquista revolucionária da democracia socialista, sem o saber, Lenin seguiu aproximadamente o desenho estratégico de Engels, pois só depois de conquistada a maioria da classe operária, e do campesinato haver iniciado a partilha comunal da terra é que os espaços públicos, ruas e edifícios, foram ocupados. É evidente que os tempos históricos da Alemanha e Rússia eram diferentes de modo que o sufrágio universal, uma conquista democrática fundamental e permanente, num caso serviria de tática de acumulação e ampliação de espaços no Estado liberal, enquanto que no segundo caso, onde não havia instituições liberais, coincidiu com o processo revolucionário.

Tal como Lenin, Rosa Luxemburgo também faz a analogia entre as conjunturas revolucionárias de 1848-49 e 1917-18. Mas Rosa Luxemburgo muito possivelmente teve acesso ao texto original de Engels a quem critica não pela análise do desenvolvimento capitalista e da proposição de novas formas de luta socialista, mas pelo que gerou de “oficial” no marxismo de Kautsky e da SPD: a via parlamentar. Para ela a crise político-militar do imperialismo dá uma nova atualidade à questão socialista, mas o fato é que sua análise não se confronta com aquela de Engels, pois reconhece a necessidade de percor-

rer um caminho longo até a conquista da democracia socialista. A revolução é um movimento de cerco e ocupação do poder político a ser esvaziado. Para Rosa Luxemburgo (assim como para o velho Engels) “a conquista do poder não deve realizar-se de uma só vez, mas progressivamente, encumeando-se no Estado burguês até ocupar-lhe todas as posições, defendendo-as com unhas e dentes”. (Luxemburgo, 1976: 629) E contra a maioria do recém fundado KPD. Rosa Luxemburgo defendia a participação na Assembléia Nacional que deveria, dentro em pouco, (início de 1919) ser empossada.

A falsificação do *Testamento* de Engels e a indevida identificação de Rosa Luxemburgo com o “extremismo” perpetuado nos anos vinte, em função da luta política na KPD e na I.C., não permitiram perceber os pontos de contato com a posterior elaboração de Gramsci. O marxista italiano certamente não teve conhecimento do *Prefácio* de 1895 de Engels na íntegra, e conhece (o que tudo indica) apenas uma versão de Rosa Luxemburgo, falsamente colocada em oposição a Lenin e à revolução russa. Isso torna ainda mais extraordinária a obra de Gramsci, que retoma o fio condutor do marxismo. Ainda que sem ter consciência disso, Gramsci resgata a análise de Engels do desenvolvimento capitalista e da estratégia socialista, sofisticando-a com a criação de novas categorias teóricas. A exemplo de que haviam feito, Lenin e Rosa Luxemburgo, antes dele, Gramsci percebeu que a refundação do marxismo passava pela visão teórico-prática com o reformismo.

Gramsci posta-se fundamentalmente com Lenin e Rosa (apesar das críticas instrumentais contra ela dirigidas) na percepção da guerra e da revolução, quando particularmente no oriente russo, seguindo a terminologia militar que incorpora, foi aplicada a “guerra manobrada”. Percebe porém que, após a derrota no ocidente e o desencadeamento da “revolução passiva”, ou seja o reordenamento da ordem do capital sob pressão das classes subalternas incapazes de projetar uma nova hegemonia só a “guerra de posição” tornou-se possível. Ou, para ser mais exato, a consolidação da hegemonia burguesa, após a derrota da Comuna de 1871, com a multiplicação de aparatos privados da hegemonia constituindo uma sociedade civil não diretamente ligada a produção, tornara inviável a tática de “guerra manobrada”, como havia antecipado Engels. Assim, mesmo com a explosão da guerra de 1914 a hegemonia civil e cultural do liberalismo burguês e do positivismo científico era tão forte que manteve, através do reformismo, o movimento operário na situação de subalternidade levando-o mesmo a apoiar a guerra.

A questão das alianças sociais sugerida por Engels e desenvolvida por Lenin, seguindo a fórmula da frente única, Gramsci concentrou em torno do tema da hegemonia de modo a perseverar na luta ideológica contra o reformismo e no resgate de uma subjetividade social antagônica a ordem do capital. A construção de uma nova hegemonia, nessa situação, deve se processar por uma “guerra de posição” que ocupa espaços dentro de institucionalidade estabelecida mas que, fundamentalmente crie uma outra sociedade civil, tendo por base um novo espaço público que antecipe a real comunidade humana, esse o projeto histórico do marxismo. É bastante impressionante a proximidade entre a formulação de Engels no seu “Testamento” com a, sem dúvida, muito mais complexa e elaborada teorização de Gramsci nos *Quaderni*. Uma outra aproximação que pode ser feita é que, tanto é verdade que Engels não antecipa o reformismo (que talvez tenha sido facilitado pelas insuficiências do marxismo original) que Gramsci, um refundador do marxismo, retoma o fio de sua reflexão num outro momento histórico. Mas ironicamente Gramsci também foi utilizado para legitimar uma nova versão de reformismo que sob o rótulo de “esquerda democrática” optou pela “revolução passiva”

como programa e pela homologação ao liberalismo e o projeto de globalização do capital. É preciso, ainda uma vez, retomar o fio condutor do marxismo, a crítica radical da ordem do capital, e enfrentar a necessidade de uma nova refundação do marxismo, nesse centenário de Engels, capaz de propugnar um movimento de globalização socialista baseado numa nova articulação das forças do trabalho.

Bibliografia

Fernandes, Rubem (1982) *Dilemas do Socialismo. A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Luxemburgo, Rosa (1976) "Discurso sul Programa" em *Scritti Politici*, Roma: Riuniti.

Marx, Karl e Engels, Friedrich (1956) "Manifesto do Partido Comunista" em *Obras Escolhidas*. Vol.1. Rio de Janeiro: Vitoria.